



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA – CRMV-CE

**RESOLUÇÃO CRMV/CE Nº 03/2013, DE 13 DE MAIO DE 2013**

**Ementa:** Institui o cargo em comissão de Assessor Jurídico e dá outras providências.

O Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará – CRMV/CE, no uso da atribuição que lhe confere a letra “r” do artigo 4º do seu Regimento Interno, baixado pela Resolução nº 591, de 26 de junho de 1992, do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) e o disposto na Resolução 904 do CFMV, de 11 de maio de 2009;

considerando a necessidade de assessorar juridicamente a Presidência;

considerando grande volume de processos administrativos e éticos que demandam uma análise jurídica para o seu correto processamento e conclusão;

considerando a necessidade da presença de um advogado quando da realização das Sessões Plenárias e na elaboração de portarias, resoluções, editais de licitação etc;

considerando as Resoluções do CFMV nº 904/09, 905/09 e 1.018/2012;

considerando o inciso XVII do art. 7º da CF/88;

considerando o disposto no parágrafo §4º do art. 59 e do art. 130-A, ambos da CLT;

considerando os Acórdãos nº 65.999/2007 do TJ/MA e a AC com Revisão do TJ/SP nº 9181534-06.2009.8.26.0000 São Paulo;

considerando o Acórdão da 8ª Turma do TST nº RR-707/2013-079-15-40.8 e os precedentes nºs RR-4/2006-008-10-40; RR-2143/2004-075-15-00; RR-2437/2002-075-15-00; RR-1102/2005-124-15-00; AIRR-81/2005-081-15-40; e RR-916/2003-111-15-00 ambos do Tribunal Superior do Trabalho;

considerando a 63ª Sessão Plenária Ordinária, realizada em 10 de maio de 2013.

**RESOLVE**

Art. 1º Criar o cargo em comissão de Assessor Jurídico do CRMV/CE.

Art. 2º A título de remuneração o assessor jurídico receberá o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) mensais;

§1º O cargo em comissão de Assessor Jurídico deverá ser ocupado por advogado regularmente inscrito na OAB/CE.

§2º Respeitado o disposto no parágrafo anterior é de livre escolha do Presidente do CRMV/CE, mediante Portaria, a indicação do ocupante do cargo de Assessor Jurídico, vedada a indicação de ocupante do referido cargo a cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade dos Conselheiros até o terceiro grau, salvo se ocupante de emprego público no próprio CRMV/CE.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA  
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA – CRMV-CE

---

§3º Incidirão sobre o valor da remuneração todos os descontos previstos em lei.

§4º O ocupante do cargo de Assessor Jurídico da Presidência é demissível *ad nutum*, isto é, não há necessidade de processo administrativo nem de qualquer motivação para a exoneração do cargo.

§5º O Assessor Jurídico da Presidência não fará jus ao recebimento de horas extras, nem tampouco haverá recolhimento de FGTS bem como da multa de 40%.

§6º O Assessor Jurídico terá direito a férias conforme disposto no art. 130-A da CLT;

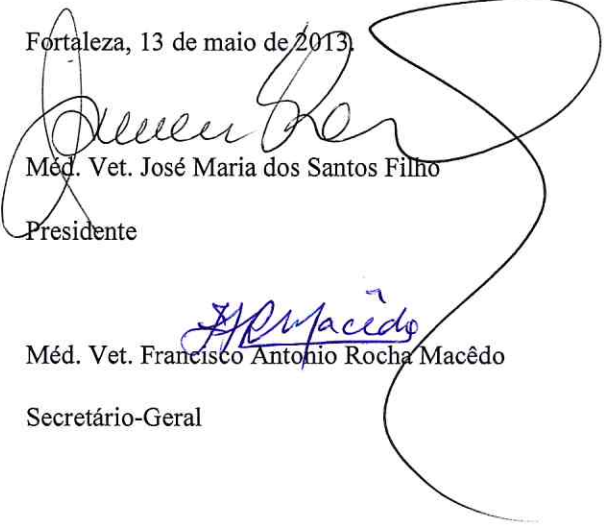
§7º No caso de solicitação de desligamento por parte do Assessor este deverá comunicá-la ao CRMV/CE por escrito devendo permanecer no cargo por até 15 (quinze) dias, se no interesse do CRMV/CE, recendo a remuneração proporcional a esse período.

§8º O reajuste da remuneração dar-se-á anualmente tomando-se como referência o IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo.

Art. 3º O Assessor Jurídico submeter-se-á a regime de integral dedicação ao serviço, inclusive, podendo ser convocado sempre que houver interesse do CRMV/CE.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor nesta data revogando-se as disposições em contrário em especial as Resoluções do CRMV/CE nº 01/2011 e nº 01/2012.

Fortaleza, 13 de maio de 2013.



Méd. Vet. José Maria dos Santos Filho

Presidente



Méd. Vet. Francisco Antonio Rocha Macêdo

Secretário-Geral